

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procurador-Geral de Justiça
End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.
Porto Alegre / RS - 90050-190
Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 06 de junho de 2016.

Edição nº 1917

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Boletins.....	3
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	5
Súmulas de contratos.....	6
Avisos de licitações.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1441/2016

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA o Promotor de Justiça titular do cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Campo Bom, ou eventual substituto, para atuar nos expedientes policiais n.ºs 019/2.16.0002365-1, 019/2.16.0002525-5 e 019/2.16.0002294-9, de atribuição do cargo de Promotor de Justiça Substituto, que tramitam na Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo (PR.00816.00043/2016-8). Esta portaria será válida a contar de 13 de maio de 2016 até a assunção do Promotor de Justiça Substituto Fabiano Redivo Silva no referido cargo, bem como nos seus eventuais afastamentos, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de maio de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PORTARIA Nº 1460/2016

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA o Promotor de Justiça titular do cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Plantão de Porto Alegre, ou eventual substituto, para atuar nos inquéritos policiais n.ºs 215.0074625-6, 216.000289-0 e 215.0100919-0, e expediente n.º 214.0035893-9, que tramitam na Promotoria de Justiça Regional do 4º Distrito de Porto Alegre (PR.00983.816.00043/2016-8).

Esta portaria será vigorará no período compreendido entre 18 de maio e 15 de julho de 2016, sem ônus para o Estado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de maio de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PROVIMENTO Nº 23/2016 - REPUBLICAÇÃO

Reajusta o valor unitário do Auxílio-Refeição, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 11.250, de 03 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Auxílio-Refeição no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.873, de 23 de maio de 2016;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei nº 29/2015, convertido na Lei Estadual nº 14.873/2016, foi enviado à apreciação da Assembleia Legislativa em fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO, ainda, os autos do expediente administrativo cadastrado sob o PR.00577.00091/2016-6,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O benefício Auxílio-Refeição passa a vigorar com o valor unitário de R\$ 21,13 (vinte e um reais e treze centavos), a contar de 24 de maio de 2016.

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de junho de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral do Ministério Público.

PROVIMENTO Nº 25/2016

Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo aos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no caso de remoção a pedido singular.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO decisões proferidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público nos autos do Pedido de Providências nº 0.00.000.001415/2011-61 e nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00064/2016-67;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidação da simetria entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura e equiparação das vantagens funcionais dessas carreiras, cuja paridade já foi reconhecida em diversas normas regulamentadoras, destacando-se, dentre elas, a Resolução nº 113/2011 do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a Portaria PGR/MPU nº 17, de 30 de maio de 2014, a qual alterou a Portaria PGR/MPU nº 921, de 18 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO entendimento jurisprudencial que vem sendo consolidado perante o egrégio Superior Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Parecer Normativo nº 679-0300/11-6, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Ao membro do Ministério Público, quando removido a pedido singular, será paga uma ajuda de custo correspondente a 1 (um) mês do subsídio do cargo em que titula.

§ 1º Deverá ser apresentada, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a comprovação de alteração de residência para município integrante de comarca diversa da qual se originou a movimentação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da ajuda de custo, sob pena de ser tornado sem efeito seu pagamento, mediante estorno.

§ 2º Quando a nova classificação não importar em efetiva mudança de residência, não será devido o pagamento de ajuda de custo.



§ 3º É vedado o pagamento de ajuda de custo no caso de remoção por permuta, bem como na hipótese de lotação provisória que seja feita a pedido, independente do interesse da administração.

Art. 2º Somente será paga a ajuda de custo prevista no caput do art. 1º após transcorridos 12 (doze) meses da última movimentação pela qual o membro do Ministério Público tenha percebido ajuda de custo, limitado o pagamento a duas movimentações por entrância.

Parágrafo único. Aos efeitos da contagem do lapso temporal fixado no caput do art. 2º será considerado o período mediado entre as datas de publicação dos respectivos editais de habilitação.

Art. 3º Para fins do disposto no presente Provimento configura residência a moradia habitual, efetiva e permanente do membro do Ministério Público em município da comarca onde exerce as suas atribuições ou, fora desta, mediante autorização do Chefe da Instituição.

Art. 4º Não será concedida ajuda de custo ao membro do Ministério Público que, voluntariamente, afastar-se do cargo ou se licenciar, bem como quando o reassumir.

Art. 5º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de abril de 2016, data da intimação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul da decisão proferida pelo Conselho Nacional do Ministério Público nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00064/2016-67.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de junho de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Promotor de Justiça,

Secretário-Geral do Ministério Público.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2016

Altera a Ordem de Serviço nº 05/2011, que dispõe sobre a utilização do estacionamento da nova Sede do Ministério Público.

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a importância de se promover o aprimoramento do procedimento de distribuição das vagas, permitindo maior chance de rodízio entre os servidores lotados no prédio sede do Ministério Público na ocupação das vagas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer o cronograma de 2016 para a realização de novo sorteio do uso das referidas vagas,

RESOLVE editar a seguinte Ordem de Serviço:

Art. 1º Altera o caput do art. 1º da ordem de Serviço nº 05/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º São disponibilizadas, por meio de sorteio, 20 (vinte) vagas de estacionamento na nova sede do Ministério Público, situada à Av. Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80, exclusivamente a servidores lotados na nova sede do Ministério Público, de acordo com o cronograma constante no Anexo Único, para utilização pelo período de 6 (seis) meses.”

Art. 2º Altera o Anexo Único da Ordem de Serviço nº 05/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO ÚNICO

Cronograma:

- Habilitação dos servidores interessados: até às 18 horas do dia 20 de junho de 2016.

- Divulgação das listas dos habilitados ao sorteio: 22 de junho de 2016.

- Interposição de recurso: até às 18 horas do dia 24 de junho de 2016.

- Publicação da lista final dos servidores que estarão concorrendo ao sorteio: 28 de junho de 2016.

- Realização do Sorteio: 29 de junho de 2016, às 14 horas, no Auditório Marcelo Kúfner, localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, 3º andar, nesta Capital.

- Publicação da lista dos servidores sorteados: 30 de junho de 2016.

- Apresentação de cópia do documento de habilitação e de propriedade do veículo: 1º de julho de 2016.

- Acesso ao estacionamento coberto: a partir de 04 de julho de 2016.”

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de maio de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Promotor de Justiça,

Secretário-Geral.

BOLETIM Nº 174/2016

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2016, o Procurador de Justiça, Dr. LUIZ INÁCIO VIGIL NETO, para exercer as funções de Coordenador da Procuradoria de Justiça Cível (Port. 1594/2016).

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2016, a Procuradora de Justiça, Dra. JUSSARA MARIA LAHUDE, para exercer as funções de Coordenadora Substituta da Procuradoria de Justiça Cível (Port. 1595/2016).

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2016, o Procurador de Justiça, Dr. GILBERTO THUMS, para exercer as funções de Coordenador da Procuradoria de Justiça Criminal (Port. 1596/2016).

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2016, o Procurador de Justiça, Dr. ANTONIO CARLOS DE AVELAR BASTOS, para exercer as funções de Coordenador Substituto da Procuradoria de Justiça Criminal (Port. 1597/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 276/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. José Carlos dos Santos Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Canoas promoveu o arquivamento do IC nº 00739.00007/2012, instaurado com o objetivo de apurar



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de junho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1917

possível irregularidade de oficina mecânica de veículos automotores sem possuir o devido licenciamento ambiental.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 277/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os Srs. Rafael Lourenço da Cunha, Sandro Ruivo da Cunha e Neli Amaral Schmechel, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas promoveu o arquivamento do IC nº 00824.00055/2011, instaurado com o objetivo de investigar eventuais danos ambientais cometidos por empresa a partir de eventual descumprimento de licença ambiental.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 278/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00931.00053/2013, instaurado com o objetivo de apurar os métodos do centro de Atenção Psicossocial - CAPS para avaliação dos usuários, por seu serviço de saúde mental.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 279/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Tramandaí promoveu o arquivamento do IC nº 00915.00118/2014, instaurado com o objetivo de verificar possível nepotismo na Administração Pública Municipal de Balneário Pinhal e indevidas nomeações em cargos de comissão quando deveriam ser preenchidos por meio de concurso público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 280/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Tramandaí promoveu o arquivamento do IC nº 00915.00037/2009, instaurado com o objetivo de investigar possíveis irregularidades em processo licitatório na Câmara de Vereadores de Cidreira/RS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 281/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa de Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC nº 00829.00037/2015 instaurado com o objetivo de apurar possíveis contratações irregulares realizadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 282/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre – Combate aos Crimes Licitatórios promoveu o arquivamento do IC nº 00829.00037/2015 instaurado com o objetivo de apurar possíveis contratações irregulares realizadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 283/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de investigar possíveis irregularidades na Secretaria de Obras do Município de Santa Maria/RS. A respeito foi instaurado o expediente RD.00865.01735/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 284/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Arvorezinha indeferiu a instauração de Inquérito



Civil, acerca de investigar possíveis irregularidades praticadas por vereadores no Município de Arvorezinha. A respeito foi instaurado o expediente RD.00717.00013/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 285/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria Especializada de Vacaria indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de verificar possível situação de poluição sonora em residência localizada na Rua Dinarte Ribeiro Neto, nº 27, Bairro Altos da Glória. A respeito foi instaurado o expediente RD.00924.00142/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 286/2016– PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PA.00929.00039/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de junho de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 175/2016

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

REVOGAR

- a contar de 16 de maio de 2016, a Portaria n.º 3219/2015, que designou a servidora KAREN DESIRÉE MARQUES IFRAN, Agente Administrativo, ID n.º 3448991, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Coordenador de Comissão Disciplinar Permanente, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular João Luiz Pinto Costa (Port. 1617/2016).

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor RODRIGO BOCORNY GUIDOTTI,

Agente Administrativo, ID n.º 3449262, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, duas vezes por semana, a contar de 06 de junho de 2016, até ulterior deliberação (Port. 1580/2016).

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor JANDIR DENKVITTS, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3429016, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Arvorezinha, uma vez por semana, a contar de 06 de junho de 2016, até ulterior deliberação (Port. 1603/2016).

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor JANDIR DENKVITTS, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3429016, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Ibirubá, uma vez por semana, a contar de 06 de junho de 2016, até ulterior deliberação (Port. 1604/2016).

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor RODRIGO PAZ FERNANDES, Secretário de Diligências, ID n.º 3624978, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Alegrete, duas vezes por semana, a contar de 06 de junho de 2016, até ulterior deliberação (Port. 1613/2016).

- a contar de 16 de maio de 2016, a servidora MARIA LUIZA GAZZI COSTA, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n.º 3448045, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Coordenador de Comissão Disciplinar Permanente, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular João Luiz Pinto Costa (Port. 1618/2016).

- a contar de 13 de maio de 2016, o servidor MARCUS VINICIUS MADEIRA, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3431835, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei nº 9.504/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.415/2014 (Port. 1622/2016).

- a contar de 01 de junho de 2016, a servidora LIDIANE SOARES SAIJA, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3391728, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei nº 9.504/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.415/2014 (Port. 1647/2016).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 1572/2016, que nomeou MARCOS SCHLICKMANN ALBERTON, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", deste órgão (Port. 1600/2016).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JAQUELINE STAEVIE RAMOS, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação da Região do Litoral (Port. 1601/2016).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LUCIANO DE LIMA LEIVAS, para exercer o cargo de Técnico em Informática - Sistemas, Classe "M", em virtude de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de junho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1917

aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 1638/2016).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 02 (dois) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora CRISTINA MEDEIROS GONÇALVES, Assessora - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3443248, registrada no Boletim n.º 041, publicado no DEMP de 15/02/2014, referente ao quinquênio de efetividade de 24/01/2009 a 22/01/2014, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 01/06/2016 - PR.00824.00086/2016-7 - Port. 1619/2016).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 03/06/2016, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", GUILHERME GAVA VERZONI, tendo entrado em exercício em 03/06/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de junho de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 1277-09.00/14-7
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS N.º 47/14**

CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A;
OBJETO: prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG nº 36/14, por 12 meses, a contar de 20 de maio de 2016; e alteração das cláusulas quinta e décima quinta do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG nº 36/14; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusula décima primeira do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de junho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO Nº 0978-09.00/16-6**

CONTRATADA: ELEVADORES ALCER LTDA. – EPP;
OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como atendimento de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, nos elevadores instalados no prédio sede deste Ministério Público na Comarca de São Leopoldo/RS; **VALOR MENSAL:** R\$ 1.070,00; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39/3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso I,

da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de junho de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de Licitações

Pregão Eletrônico n.º 36/2016 (Processo nº 1016-09.00/16-3) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de controle de acesso, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 17/06/2016, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 17/06/2016 às 14 horas.

Pregão Eletrônico n.º 37/2016 (Processo nº 1033-09.00/16-9) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de guarda-corpos em ferro, para o prédio das Promotorias de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 17/06/2016, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 17/06/2016 às 14 horas.

Pregão Eletrônico n.º 38/2016 (Processo nº 1043-09.00/16-0) **Tipo:** Menor Preço por item. **Objeto:** Registro de preços de Monitor de TV, Pedestal para TV, Projetor Multimídia e Tela de Projeção, válido por 12 meses, conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 20/06/2016, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 20/06/2016, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de junho de 2016.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 96/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:
IC 00718.00031/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada De Bagé, em Substituição, com a finalidade de investigar a responsabilidade da empresa MVC Componentes Plásticos Ltda. e do Sr. Prefeito Municipal de Hulha Negra na contratação para construção da creche municipal.



INVESTIGADOS: ERONE PEDRINHO LONDERO, Prefeito Municipal de Hulha Negra, e GILMAR DA COSTA LIMA, Diretor Geral da MVC Componentes Plásticos Ltda.

IC 00718.00032/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé, em Substituição, com a finalidade de investigar a responsabilidade da empresa PCC Ltda., do Ex-Prefeito Municipal de Hulha Negra, Sr. Renato Machado, na contratação para construção da rodoviária de Hulha Negra.

IC 00718.00030/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé, em Substituição, com a finalidade de apurar ato de improbidade administrativa - desperdício de dinheiro público.

INVESTIGADOS: PAULO ANTONIO NOCCHI PARERA, Secretário Municipal de Atividades Urbanas e os Servidores Públicos responsáveis pela obra de colocação de bueiros.

LOCAL: Rua 120, Bairro São Martins, em Bagé/RS.

IC 00751.00037/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Cerro Largo por André Luis Negrão Duarte - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Cerro Largo com a finalidade investigar possível irregularidade no Pregão Eletrônico nº 015/2016 para aquisição de equipamentos para a Unidade Básica de Saúde do Município de Ubiretama (RS). Local do Fato: Ubiretama (RS).

IC 00772.00012/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Faxinal Do Soturno por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Faxinal Do Soturno com a finalidade de Investigar possível ato de improbidade administrativa praticado por policial militar no Município de Nova Palma, RS.

Ano:2016

Investigado: Juarez Mayer Investigado: Juarez Mayer. Local do Fato: Faxinal Do Soturno.

PI 00829.00018/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Do Patrimônio Público De Porto Alegre por Tiago Moreira Da Silva - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Do Patrimônio Público De Porto Alegre com a finalidade de Apurar supostas irregularidades no âmbito da SEAPA, consistentes no descumprimento do critério regional para a nomeação de aprovados em concurso e na nomeação de cargos de confiança e servidores cedidos para funções de aprovados em concurso Investigado não informado. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00913.00001/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Tenente Portela por Dinamércia Maciel De Oliveira - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tenente Portela com a finalidade de Objeto: Irregularidades praticados pelos agentes credenciados do CRVA.

Local: Tenente Portela.

Partes: Ilaide Jalowietzki, Ivens Grun, Adriane Schneider, Veridiana Ribeiro e Jean Mahlke.

IC 01203.00009/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios por Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues Da Silva Algarve - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre com a finalidade de Eventual ocorrência de inércia do Município de Porto Alegre em ação de cobrança de ISSQN, ocasionando a perda de direito de cobrança da Municipalidade pela incidência da prescrição Investigado não informado. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01203.00007/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios por Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues Da Silva Algarve - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre com a finalidade de Possíveis irregularidades em pagamentos efetuados pela Secretaria Municipal da Saúde ao Instituto de Cardiologia em razão da não apresentação das notas fiscais comprobatórias das internações supostamente realizadas naquele hospital e das etiquetas de rastreabilidade dos materiais de alto custo faturados por aquele prestador SUS, no ano de 2013 Investigado não informado. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de Junho de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público. De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00748.00042/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade investigar: Loteamento Vergueiros II - Loteamento Irregular ou clandestino - Regularização Fundiária e proteção ao direito de moradia.

Investigado: A Definir. Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00755.00042/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta por Caroline Mottecy De Oliveira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta com a finalidade de Apurar ocorrência de crime ambiental de poluição sonora, praticado por Jason Scartão Almeida, no dia 24 de março de 2016, na Rua Rua General Câmara, n. 900, nesta Cidade.

Investigado: Jason Scartao Almeida. Local do Fato: Cruz Alta.

IC 00772.00013/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Faxinal Do Soturno por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Faxinal Do Soturno com a finalidade de Investigar possível precariedade na manutenção da ponte na ERS 348 sobre o Rio Jacuí, em Dona Francisca, RS.

Ano: 2016



Investigado: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens Investigado: Daer - Departamento Autônomo De Estradas De Rodagem Do Rs. Local do Fato: Faxinal Do Soturno.

IC 00853.00034/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de investigar a legalidade e emissão de poluição sonora dos estabelecimentos próximos as ruas João Alfredo, 24 de maio e Vice Almirante Abreu. Investigado não informado. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00901.00026/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Saporanga por Paula Bittencourt Orsi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Saporanga com a finalidade de apurar o funcionamento irregular do "Bar Sanduba", empresa de responsabilidade de Arlei José de oliveira, estabelecimento localizado na rua Altamir Cleto Kautzmann, n.º 28, bairro Imperatriz, em Araricá/RS. Investigado: Bar Sanduba - Arlei José De Oliveira. Local do Fato: Araricá.

IC 01202.00031/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do bloqueio da servidão de passagem localizada entre as Avenidas Pinheiro Borda e Padre Cacique, ao lado do número 1870, nesta Capital.

Interessados: Paulo Henkin e a Coletividade. Investigado: Município De Porto Alegre. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de Junho de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00799.00005/2015 Aditamento de portaria de instaurado na Promotoria De Justiça De Jaguari por Luiza Trindade Losekann - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Jaguari com a finalidade de Instaurado em virtude da falta de legislação no Município quanto ao funcionamento das Farmácias e da imprescindibilidade que esse serviço funcione no sistema de plantão, pelo sistema de rodízio, para dar atendimento ininterrupto à comunidade (Lei ° 5.991/73). . Investigados: Poder Legislativo de Jaguari e Município De Jaguari. Local do Fato: Jaguari.

IC 00806.00009/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Marau por Fabricio Gustavo Allegretti - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Marau com a finalidade de OBJETO: apurar possível descumprimento por parte do Município de Marau e dos organizadores do Festival Nacional do Salame de 2016, das disposições previstas na Lei Federal n.º 12.933/2013, que concede o benefício da meia-entrada para estudantes.

INVESTIGADOS: Prefeitura Municipal de Marau, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Josué Francisco da Silva Longo; e Organizadores do festival Nacional do Salame de 2016, na pessoa de seus representantes legais.

LOCAL DO FATO: Marau.

Inquérito Civil 01631.000.247/2016 instaurado na

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 03/06/2016 por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz com a finalidade de MV - 4º PJ Apurar o fornecimento de produtos impróprios para o consumo quanto ao uso de agrotóxicos Investigado(s): Irmãos Blombach Ltda. (Alpestre Frutas). Local do Fato: RS

Inquérito Civil 01631.000.261/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 03/06/2016 por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz com a finalidade de Suposta lesão aos direitos dos consumidores, consistente na limitação de realização de exames autogerados pelos médicos cooperados, no percentil de 80 Investigado(s): Unimed Porto Alegre. Inquérito Civil 01631.000.183/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 03/06/2016 por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz com a finalidade de Suposto cometimento de prática abusiva, consistente na cobrança de "excesso" de torpedos nas ofertas de "franquia ilimitada de torpedos" Investigado(s): Claro S/A.

Inquérito Civil 01631.000.175/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 03/06/2016 por Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz com a finalidade de Apurar eventual lesão aos consumidores provenientes de publicidade enganosa do produto (Focus X) comercializado pela empresa investigada Investigado(s): Good Shop TV. Local do Fato: RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de Junho de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00718.00025/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada de Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada de Bagé, em Substituição, com a finalidade de apurar poluição sonora proveniente do Bar Divina Gula.

LOCAL: Av. Tupy Silveira, 1894, em Bagé/RS.

INVESTIGADO: RODRIGUES & RODRIGUES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. - ME.

IC 00718.00026/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé, em Substituição, com a finalidade de investigar aterramento de um terreno na Av. Emílio Guilaín, n.º 35, bairro Canhada do Sapo, em Bagé/RS, com utilização de saibro e lixo, atingindo um banhado, área de preservação permanente, e árvores nativas de diversas espécies.

INVESTIGADO: A apurar - não identificado o autor da degradação.

IC 00718.00029/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé, em Substituição, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consistente em efetuar queimada em campo nativo, 05 hectares, na Estrada do Passo dos Peres, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.



INVESTIGADO: JORGE ANTÔNIO DA ROSA DIAS.

LOCAL: Bagé/RS.

IC 00718.00028/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé, em Substituição, com a finalidade de APURAR O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LENHEIRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

INVESTIGADO: ALTAIR DA ROSA CIMIRRO.

LOCAL: AV. LEONEL BRIZOLA, N.º 2115, BAIRRO SÃO JUDAS TADEU, EM BAGÉ/RS.

IC 00718.00027/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé, em Substituição, com a finalidade de averiguar dano ambiental consistente em efetuar queima em campo nativo, de domínio público, sem autorização do órgão ambiental.

INVESTIGADOS: EWERTON DE SOUZA LEITE e FRANCISCO LUIZ PEREIRA DA SILVA.

LOCAL: BR 153, Km 634, zona rural do Município de Bagé.

IC 00722.00038/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves por Elcio Resmini Meneses - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves com a finalidade de: averiguar dano ambiental pela intervenção junto a mata nativa e atividade sem licença ambiental.

Investigados: Raul Canossa, Kleber Canossa, Ademir Ferronato e Luciano Benvenuto.

Local do Fato: Monte Belo do Sul/RS.

IC 00728.00023/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Cachoeira Do Sul por Débora Jaeger Becker - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Cachoeira Do Sul com a finalidade de APURAR DANO AMBIENTAL EM VIRTUDE DE CAÇA DE CAPIVARAS SEM AUTORIZAÇÃO E ACOMPANHAR RECUPERAÇÃO, COMPENSAÇÃO E/OU INDENIZAÇÃO EVENTUALMENTE NECESSÁRIA Investigado: Adimar Arnaldo Da Silva. Local do Fato: Cachoeira Do Sul.

IC 00745.00008/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Carlos Barbosa com a finalidade de Apurar irregularidades em execução de aterro com resíduos de construção civil em Área de Preservação Permanente, em Carlos Barbosa,RS Investigado: Armino Fiorotto. Local do Fato: Carlos Barbosa.

IC 00755.00042/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta por Caroline Mottecy De Oliveira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta com a finalidade de Apurar ocorrência de crime ambiental de poluição sonora, praticado por Jason Scartão Almeida, no dia 24 de março de 2016, na Rua Rua General Câmara, n. 900, nesta Cidade.

Investigado: Jason Scartao Almeida. Local do Fato: Cruz Alta.

IC 00755.00043/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta por Caroline Mottecy De Oliveira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta com a finalidade de Apurar a ocorrência de crime ambiental praticado por Rodrigo de Oliveira Ramos, proprietário da empresa Sul Reparções, consistente em fazer funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Investigados:Rodrigo de Oliveira Ramos e Sul Reparções Investigados: Rodrigo De Oliveira Ramos e Sul Reparções.

Local do Fato: Cruz Alta.

IC 00762.00030/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Erechim por Diego Pessi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Erechim com a finalidade de Apurar a construção irregular de um quiosque com 9,5 metros de canto, da construção até o riacho, bem como a abertura de uma vala com 7,5 metros de comprimento por 40 cm de largura, sem licença ambiental do órgão competente, fato constatado no dia 10 de maio de 2016, na Linha Rio Poço - São Luis, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigada Glauca Débora de Assis Investigado: Glauca Debora De Assis. Local do Fato: Erechim.

IC 00762.00031/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Erechim por Diego Pessi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Erechim com a finalidade de Apurar as construções irregulares em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente para as atividades desenvolvidas, fatos constatados no dia 10 de maio de 2016, na Linha Rio Poço, São Luis, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigado Evandro Dill Investigado: Evandro Dill. Local do Fato: Erechim.

IC 00762.00032/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Erechim por Diego Pessi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Erechim com a finalidade de Apurar a construção de uma casa em área de preservação permanente, em uma área de 114m2, bem como a construção de um estábulo à 10,30 cm de um riacho, sendo que os dejetos provenientes dos animais alojados são depositados diretamente sobre o solo e escorrem para o referido riacho, fato constatado no dia 10 de maio de 2016, na Linha Rio Poço, São Luis, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigado Miro Kubiak Investigado: Miro Kubiak. Local do Fato: Erechim.

IC 00762.00033/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Erechim por Diego Pessi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Erechim com a finalidade de Apurar a construção irregular de uma casa em uma área de 61,5 m2, em área de preservação permanente, estando a construção à 2,5 metros de distância de um riacho, fato constatado no dia 10 de maio de 2016, na Linha Rio Poço, São Luis, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigados Leandro Augusto Basso e Fernando Backes Investigados: Fernando Backes e Leandro Augusto Basso. Local do Fato: Erechim.

IC 00780.00008/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Getúlio Vargas por Marcos Roberto Lamin - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Getúlio Vargas com a finalidade de OBJETO: investigar eventual dano ao meio ambiente decorrente do desenvolvimento irregular da atividade de suinocultura mediante construção de uma pocilga, cujos dejetos escorrem em um córrego, e de um galpão de madeira, em APP e sem licenciamento ambiental; INVESTIGADO: AMARILDO ARRUDA, Rua João Nagel, 161, Bairro Santa Catarina - GETÚLIO VARGAS - RS.

REPRESENTANTE: Brigada Militar - 3º BABM - DANO AMBIENTAL EM APP Investigado não informado. Local do Fato: Getúlio Vargas.

IC 00820.00100/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo com a finalidade de PRÁTICA DE DANOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NA LOCALIDADE DA RUA SÃO PEDRO, NESTA CIDADE, PROXIMO A CAPELA SÃO PEDRO - DISTRITO DE SÃO ROQUE, TENDO COMO INVESTIGADO JAIR DE QUADROS PREVIATTI E COMO O REQUENTE 3ºBABM Investigado: Jair De Quadros Previatti. Local do Fato: Passo Fundo.



IC 00820.00101/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo com a finalidade de PRÁTICA DE DESTINAÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS, NA LOCALIDADE DA RODOVIA BR 285, NESTA CIDADE, PROXIMO AO KM 172 - UPF, TENDO COMO INVESTIGADO FERNANDO BITTENCOURT DE CARLI E COMO O REQUENTE 3ºBAM Investigado: Fernando Bittencourt De Carli. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00820.00102/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo com a finalidade de PRÁTICA DE EXERCÍCIO IRREGULAR DE ATIVIDADE / AVES EM CATIVEIRO, NA LOCALIDADE DE RUA MATO GROSSO, 71, BAIRRO SCHELL, NESTA CIDADE, TENDO COMO INVESTIGADO GRÁFICA LUZ FERNEDA LTDA E COMO O REQUENTE 3º BAMB Investigado: Gráfica Luz Ferneda Ltda. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00820.00103/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo com a finalidade de PRÁTICA DE EXERCÍCIO IRREGULAR DE ATIVIDADE, NA LOCALIDADE DE RUA DR. GELSON RIBEIRO, 385, NESTA CIDADE, PRÓXIMO AO MERCADO VOGUEL, TENDO COMO INVESTIGADO LAURINDO BATISTA DE QUADROS CIA LTDA-ME E COMO O REQUENTE 3º BAMB Investigado: Laurindo Batista De Quadros Cia Ltda-Me. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00852.00089/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de APURAR POSSÍVEL FUNCIONAMENTO IRREGULAR DE EMPRESA Investigado: Schiavon Materiais De Construção. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00853.00035/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de investigar dano ambiental pela posse ilegal de pássaros silvestres. Investigado: Gilmar Torres Gauterio. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00853.00036/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de investigar dano ambiental pela posse ilegal de pássaros silvestres. Investigado: Luiz Joaquim Ferreira Da Silva. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00861.00037/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul por Érico Fernando Barin - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul com a finalidade de Apurar dano ambiental decorrente de poluição sonora causando perturbação do sossego público, por parte do estabelecimento Bar K Sabores, situado à esquina das Ruas Carlos Trein Filho e Coronel Oscar Jost na cidade de Santa Cruz do Sul - RS". . Investigado: Aline Gislaïne Gehrck Me. Local do Fato: Santa Cruz Do Sul.

IC 00901.00027/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Sapiranga por Paula Bittencourt Orsi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sapiranga com a finalidade de apurar o funcionamento irregular da empresa Vanessa Radiadores e Ar Condicionado Ltda., pertencente a Cleonice das Chagas e a Júnior Dias Basilio, sediada na rodovia Estadual RS 239, n.º 5001, em Sapiranga/RS. Investigados: Cleonice Das Chagas e Júnior Dias Basilio. Local do Fato: Sapiranga.

IC 00911.00020/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Taquara por Fabiane Ciocari - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Taquara com a finalidade de Investigar intervenção em área de preservação permanente sem licença ambiental

Investigado: Delar Machado. Local do Fato: Taquara.

IC 00913.00021/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tenente Portela por Nilton Kasctin Dos Santos - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tenente Portela com a finalidade de OBJETO: Supressão de mata nativa fora e dentro de APP, sem licença ambiental.

LOCAL: Lagoa Bonita, Tenente Portela/RS.

PARTES: José Inácio Hanauer.

IC 00945.00005/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito por Daniel Mattioni - Promotor de Justiça Substituto da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente na poluição hídrica ocasionada pela abertura de três açudes, o que acarretou no transbordamento de barro atingindo uma sanga, além da supressão de árvores nativas ao entorno da sanga, sem a devida licença ambiental exarada pelo órgão ambiental competente, na Linha das Tunas, em Cristal do Sul.

IC 01336.00032/2016 instaurado na Rede Ambiental Sinos por Ricardo Schinestsck Rodrigues - Designação Excepcional - Ricardo Schinestsck Rodrigues com a finalidade de Investigar possíveis poluidores que contribuíram para a mortandade de peixes no Arroio Portão, localizado no Município de Portão. Investigado: Márcio Souza Magnus. Local do Fato: São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de Junho de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS

científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00799.00005/2015 Aditamento de portaria de instaurado na Promotoria De Justiça De Jaguari por Luiza Trindade Losekann - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Jaguari com a finalidade de Instaurado em virtude da falta de legislação no Município quanto ao funcionamento das Farmácias e da imprescindibilidade que esse serviço funcione no sistema de plantão, pelo sistema de rodízio, para dar atendimento ininterrupto à comunidade (Lei nº 5.991/73). . Investigados: Poder Legislativo de Jaguari e Município De Jaguari. Local do Fato: Jaguari.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de junho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1917

IC 01128.00037/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Odete Pinzetta - 7º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de AVERIGUAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E FUNCIONAMENTO DA ILPI KA ZELADORIA E EVENTOS LTDA., NOME DE FANTASIA CLÍNICA VIVENDA GERIÁTRICA, DE PROPRIEDADE DE CARLA ADRIANA RAMOS SCHECK, ESTABELECIDA NA TRAVESSA REINALDO SELBACH, 70, VILA IPIRANGA, NESTA CAPITAL Investigado: Clínica Vivenda Geriátrica. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de Junho de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,
Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.
De acordo,

FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.